



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

## ANEXO 8

### MINUTA DA ARP TRT ES Nº \_\_\_\_/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º **90.002/2026**

PAe nº 0000192-15.2025.5.17.0500

Validade da Ata \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_

A **UNIÃO**, por intermédio do **Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.488.507/0001-61, situado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 – Enseada do Suá – Vitória/ES – CEP 29050-335, neste ato representado por sua Presidente, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup>. Desembargadora \_\_\_\_\_, ou por seu substituto legal, doravante também designada **CONTRATANTE** ou **TRT17.ª Região** quando tratar-se de órgão gerenciador, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 11.426/2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico n.º 90.002/2026**, **RESOLVE registrar os preços** para contratação dos itens constantes da **cláusula primeira desta Ata**, ofertados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**, relacionado a seguir que, após a efetivação da contratação, passará a ser designado **CONTRATADA**:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para a **eventual contratação de empresa para prestação de serviços relacionados à organização de eventos (transporte de pessoas, cerimonial, audiodescrição, ornamentação de ambientes e fotografia)**, conforme especificações técnicas e demais condições previstas nos Anexos do edital do **PE nº \_\_\_\_/202\_\_**, que é parte integrante desta Ata, assim como, a proposta cujos preços tenham sido registrados, independente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

**2.1** Os preços unitários registrados correspondem ao valor unitário, para 12 meses, estando as especificações do objeto resumidas e as **quantidades máximas** estimadas registradas, conforme quadro abaixo, sendo esses preços obtidos, após a aplicação do(s) deconto linear de **XX** %, para todos itens, para o respectivo **lote XX**, ofertado durante o pregão:

### LOTE 1 (GRUPO 1) - TRANSPORTE DE PESSOAS

Item	PRODUTO	QUANTIDADE REGISTRADA (A)	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (B)	PREÇO TOTAL REGISTRADO C = (A x B)
1	Transporte em Sprinter ou veículo equivalente – 17 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	31	veículo/diária		
2	Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente – 20 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	30	veículo/diária		
3	Transporte em ônibus ou veículo equivalente – 40 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	30	veículo/diária		
4	Transporte em Sprinter ou veículo equivalente – 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – até 150 km)	1845	Km		
5	Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente – 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – até 150 km)	1725	Km		
6	Transporte em ônibus ou veículo equivalente – 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – até 150 km)	3450	Km		
7	Transporte em Sprinter ou veículo equivalente – 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – acima de 150 km)	2430	Km		
8	Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente – 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – acima de 150 km)	3230	Km		
9	Transporte em ônibus ou veículo equivalente – 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado – acima de 150 km)	4860	Km		
<b>TOTAL GERAL REGISTRADO PARA O LOTE</b>					

### LOTE 2 (GRUPO 2) – AUDIODESCRIÇÃO

Item	PRODUTO	QUANTIDADE REGISTRADA (A)	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (B)	PREÇO TOTAL REGISTRADO C = (A x B)
1	Audiodescrição – simultâneo presencial (Sede do TRT-17)	30	hora		
2	Audiodescrição – simultâneo remoto	10	hora		
<b>TOTAL GERAL REGISTRADO PARA O LOTE</b>					

### LOTE 3 (GRUPO 3) – CERIMONIALISTA, FOTOGRAFIA E ORNAMENTAÇÃO

CERIMONIALISTA					
Item	PRODUTO	QUANTIDADE REGISTRADA (A)	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (B)	PREÇO TOTAL REGISTRADO C = (A x B)
1	Cerimonialista (coordenador)	45	Diária (8 horas), que podem ser fracionadas conforme a necessidade (0,25 diária ou 0,5 diária)		
2	Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	60	Evento de até 2 h		
3	Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	15	Evento de até 4 h		
4	Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	10	Evento de 4h a 8h		
5	Recepcionista (Sede do TRT-17)	20	Evento de até 2 h		
6	Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de até 4 h		
7	Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de 4h a 8h		
8	Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	35	Evento de até 2 h		
9	Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	2	Evento de até 4 h		
10	Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	4	Evento de 4h a 8h		
TOTAL GERAL					
FOTOGRAFIA					
Item	PRODUTO	QUANTIDADE REGISTRADA (A)	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (B)	PREÇO TOTAL REGISTRADO C = (A x B)
1	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	40	Evento de até 2 h		
2	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	10	Evento de até 2 h		
3	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	35	Evento de até 4 h		
4	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	19	Evento de até 4 h		
5	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	20	Evento de 4h a 8h		
6	Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	10	Evento de 4h a 8h		
7	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	20	Evento de até 2 h		
8	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	5	Evento de até 2 h		
9	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de até 4 h		
10	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	1	Evento de até 4 h		
11	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de 4h a 8h		
12	Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor)	1	Evento de 4h a 8h		
TOTAL GERAL					R\$ 0,00
ORNAMENTAÇÃO					
Item	PRODUTO	QUANTIDADE REGISTRADA (A)	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (B)	PREÇO TOTAL REGISTRADO C = (A x B)
1	Locação de arranjo baixo de mesa (Sede do TRT-17)	40	Unidade/dia		
2	Locação de arranjo frontal para mesa de solenidade (Sede do TRT-17)	20	Unidade/dia		
3	Locação de cadeiras com estofado, sem rodinhas e sem braço para composição da mesa de solenidade e áreas adjacentes ao palco (Sede do TRT-17)	280	Unidade/dia		
4	Locação de passareira (tapete) medindo, no mínimo, 4 m x 1,5 m (Sede do TRT-17)	5	Unidade/dia		
TOTAL GERAL					R\$ 0,00
TOTAL GERAL REGISTRADO PARA O LOTE					R\$ 0,00

**2.2** Os serviços serão prestados **PARCELADAMENTE**, ou seja, em mais de uma etapa, de acordo com a demanda e a disponibilidade orçamentária deste **ÓRGÃO GERENCIADOR** e dos **ÓRGÃOS** que porventura aderiram à presente ARP.

### **3. DO CADASTRO DE RESERVA**

**3.1** Fazem parte do cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, os fornecedores **elencados no Anexo** desta ARP, na ordem de classificação final, respeitadas todas as condições previstas no do **título 16** do Edital.

Ou

*\* Não há empresas para compor o cadastro de reservas.*

### **4. ÓRGÃOS GERENCIADOR e PARTICIPANTES**

**4.1** O órgão gerenciador é o **Tribunal Regional do Trabalho da 17.<sup>a</sup> Região**, cabendo-lhe a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, nos termos do artigo 7º do Decreto 11.462/2023.

**4.2** Não há órgãosparticiantes.

### **5. DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**5.1** A Direção-Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR será responsável, conforme artigo 24 do Decreto 11.462/2023, pelos atos de controle e gerenciamento desta ata de registro de preços e serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto:

I - Aos quantitativos e os saldos;

II - Ao remanejamento das quantidades.

**5.2** O gerenciamento da ARP será intermediado pela **CCOM, SEJUD** ou outra unidade que viera a ser indicada, cujos dados seguem:

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245, 4º e 10º andar – Enseada do Suá  
– Vitória/ES – CEP 29050-335

Telefone: (27) 3321.xxxxx , (27) 3321-xxxx,

Email: [ccom@trt17.jus.br](mailto:ccom@trt17.jus.br) ou [sejud@trt17.jus.br](mailto:sejud@trt17.jus.br)

**5.3** O gerenciamento desta ARP, nos aspectos operacional e contratual, competirá:

I) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

II) monitorar os preços do objeto de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de sua variação;

III) notificar o fornecedor registrado, via e-mail, ou telefone, para confirmação do recebimento da

convocação para assinatura do contrato ou nota de empenho, conforme o caso;

IV) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos com datas e prazos atualizados;

V) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

VI) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

**5.4** As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas a fim de demonstrar a vantajosidade da ARP. Deve-se observar, de todo modo, o que dispõe o art. 82, §2.º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**6.1.1** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**6.1.2** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**6.1.3** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**6.2** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**6.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**6.3** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**6.4** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**6.5** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.2.

## **Dos limites para as adesões**

**6.6** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**6.7** O quantitativo decorrente das adesões **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**6.8** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

**7.1** O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e **poderá ser prorrogado por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, renovando-se as quantidades estimadas, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 22 do Decreto 11.462/2023.

**7.2** Como condição de prorrogação da ARP deverá ser verificada a condição prevista no **item 17.8, alíneas “a”, “b” e “c” do Edital**.

**7.3** Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços, conforme artigo 23 do Decreto 11.462/2023.

**7.4** A vigência do(s) contrato(s) decorrente desta ARP está estabelecida no item 1.6 do Termo de Referência - **Anexo 1** do Edital.

## **8. DA EFETIVAÇÃO DO CONTRATO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS**

**8.1** As contratações decorrentes deste instrumento serão efetivadas apenas após a assinatura da Ata de Registro de Preços, com a emissão de Nota de Empenho, conforme artigo 95 da Lei 14.133/2021.

**8.2** As condições a serem praticadas nas futuras contratações serão as constantes do Termode Reefência – Anexo 1 do edital.

**8.3.** A cada pedido de contratação do objeto da ata, o TRT 17.<sup>a</sup> Região assim procederá:

a) Consulta no CADIN para verificar se não consta pendência em nome do fornecedo, nos termos do 6.º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

a.1) Havendo pendência no CADIN, signatária da ARP será notificada novamente,

para no prazo de **até 10(dez) dias úteis** comprovar a regularização da situação.

a.1.1) O não regularização da situação no CADIN, será interpretado como recusa da empresa em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

I) Perda do direito à assinatura do contrato ou do termo aditivo ou à emissão do instrumento equivalente; e

II) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União prevista no item **11.7, inciso I da parte introdutória** do edital.

a.1.2) Permanendo a signatária da ARP com pendência no CADIN, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

- a) Não havendo registro no CADIN, convocará a empresa signatária da ARP para, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, retirar a Nota de Empenho correspondente. As convocações serão enviadas por e-mail, tendo a contratada o prazo de **1(um) dia** para a confirmação de seu recebimento. É dever da detentora da ARP monitorar a conta de correio eletrônico fornecido.
- b) Encerrada a vigência da ARP que originou a presente contratação, deverá a cada prorrogação, exigir como condição de assinatura do termo as condições previstas no **item 17.8 do Edital**.
- c) O não atendimento imotivado dos procedimentos elencados neste item configurará recusa injustificada em retirar a Nota de empenho, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o licitante vencedor às cominações legais, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**8.4** O prazo acima é prorrogável, uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, e tenha motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e anexos.

**8.5** É condição para a emissão da Nota de Empenho manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRT atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a COMLOG – Coordenadoria de Material e Logística deste Tribunal, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após a solicitação;

**8.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**8.7** É responsabilidade da empresa detentora da ARP monitorar sua conta de correio eletrônico, atualizando o endereço sempre que necessário, não cabendo, por sua parte, então, qualquer alegação de que não teve conhecimento das notificações realizadas pelo CONTRATANTE.

**8.8** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo; E ainda:

I – **Se transcorrido mais de 6(seis) meses** da assinatura da ARP, antes da efetivação do contrato e em cada renovação, deverá observar se ainda atende as condições descritas nos **itens 17.8 do Edital**.

**8.9** Para a emissão da Nota de Empenho deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**8.10** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a assinatura da ARP, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**8.11** A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a Nota de Empenho, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

**8.12** É facultado ao TRT da 17.<sup>a</sup> Região, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para a celebração do contrato em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor. E ainda:

I. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**8.13** As emissões das Notas de empenho deverão ocorrer dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

## **9 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do prestador, os preços iniciais da ARP serão reajustados pela variação do IPCA/IBGE, aplicável exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.1.1.** A anualidade será contada a partir do último efeito financeiro de reajuste (ou, no primeiro reajuste, da data-base definida neste Termo), apurando-se o índice com



base no último IPCA oficialmente disponível na data do cálculo; quando divulgado o índice definitivo do período, proceder-se-á à compensação das diferenças por acréscimo ou desconto no pagamento subsequente.

**9.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s), o TRT-17 aplicará a última variação conhecida, procedendo-se, quando da divulgação, à liquidação/compensação da diferença com base no(s) índice(s) definitivo(s).

**9.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.5.** Se o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento vier(em) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não puder(em) ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por termo aditivo, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**9.7.** O reajuste será formalizado por apostilamento, aplicando-se inclusive quando a variação do IPCA for negativa (deflação).

**9.8.** As contratações decorrentes da ARP observarão o preço reajustado da ata, respeitada a regra da anualidade prevista nesta seção; o reajuste não retroagirá a serviços já executados e atestados.

**9.9.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.10.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o fornecedor será convocado para negociação, seguindo os trâmites dispostos nos arts. 26 e 27 do Decreto n.º 11.462/2023.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS POR MOTIVO SUPERVENIENTE**

**10.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o TRT 17ª Região convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**10.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.3.** Na hipótese prevista no **item 10.2**, o TRT 17ª Região convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no **item 13.3** desta ARP.

**10.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o TRT 17ª Região procederá ao cancelamento desta ata de registro de preços, nos termos do disposto na **item 13** desta ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**10.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 35 do Decreto 11.462/2023.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS E IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES**

**11.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**11.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**11.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**11.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**11.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o **fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata**, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

**11.2.1.** Nesse caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**11.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pelo TRT 17ª Região e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no **item 13.1** desta ARP, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital do Pregão e anexos, e na legislação aplicável.

**11.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no **item 11.2.2**, o TRT 17ª Região convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

**11.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o TRT 17ª Região procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na **item 13** desta ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**11.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 11.2 e 11.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**11.6.** Caso este Tribunal seja Gerenciador da ARP deverá comunicar aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto 11.462/2023.

## **12. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**12.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**12.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**12.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**12.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**12.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**12.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**12.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**12.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 12.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **13. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR e DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**13.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**13.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**13.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**13.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**13.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.4.1** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**13.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 13.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**13.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**13.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### **14 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1.** O contrato, oriundo desta ARP, extingue-se quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.2.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.3.3.** Indenizações e multas.

**14.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **15. DAS PENALIDADES**

**15.2.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus anexos.

**15.2.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**15.3.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do

descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**15.4.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 13.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **16. DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Será publicado o extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União – DO e a íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal do TRT 17ª. Região.

## **17. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**17.1.** Os casos omissos serão resolvidos com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e demais normas aplicáveis à espécie.

## **18. CONDIÇÕES GERAIS**

**18.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

**8.3** As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas a fim de demonstrar a vantajosidade da ARP, à época da contratação, devendo se observar, de todo modo, o que dispõe o art. 82, §2.º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **19. DO FORO**

**19.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Vitória (ES), Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e achado em ordem, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços eletrônica/digitalmente, considerando-se efetivamente formalizada a partir da data da última assinatura e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

---

**Representante legal do TRT 17.ª Região/Contratante**

---

Razão social do FORNECEDOR REGISTRADO  
Representante legal: [nome completo]

**ANEXO DA ARP TRT ES nº \_\_\_\_\_/2026**  
**CADASTRO DE RESERVA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.002/2026**

**PAe nº 0000192-15.2025.5.17.0500**

**Validade da Ata \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_**

**CLÁUSULA ÚNICA** – Fazem parte integrante da presente ata as empresas participantes do certame, na ordem de classificação final, e nas condições que segue:

- a) licitantes que aceitaram cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, quando convocadas nos termos :**

2º colocado – empresa xxxxxx, CNPJ/MF, endereço, contatos e representante, com preço total de R\$\_\_\_\_\_

...

**OU**

*Nenhuma licitante manifestou interesse em participar do cadastro de reservas.*

- b) licitantes que mantiverem sua proposta original.**

3º colocado – empresa xxxxxx, CNPJ/MF, endereço, contatos e representante, com preço total de R\$\_\_\_\_\_

4º colocado – empresa xxxxxx, CNPJ/MF, endereço, contatos e representante, com preço total de R\$\_\_\_\_\_